

Registro: 2020.0000732792

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação / Remessa Necessária nº 1001222-08.2016.8.26.0072, da Comarca de Bebedouro, em que são apelantes/apelados CRISTINA APARECIDA LIMA (JUSTIÇA GRATUITA) e MARIA EDUARDA LIMA DE SOUZA PINTO (JUSTIÇA GRATUITA) e Recorrente JUÍZO EX OFFICIO, é apelado/apelante DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - DER e Apelado CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A..

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 34ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao apelo das autoras e deram provimento parcial ao recurso da ré. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores GOMES VARJÃO (Presidente) e L. G. COSTA WAGNER.

São Paulo, 10 de setembro de 2020.

SOARES LEVADA

Relator

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

APELAÇÃO Nº 1001222-08.2016.8.26.0072

COMARCA DE BEBEDOURO – 3ª Vara Cível

APTE/APDO: CRISTINA APARECIDA LIMA E OUTRO;

**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE SÃO PAULO – DER**

APELADO : CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

RECORRENTE: JUÍZO EX OFFICIO

V O T O Nº 40760

Acidente de trânsito. Omissão do Departamento de Estradas e Rodagem. Ilegitimidade da corré mantida. Trecho sob jurisdição do DER. Responsabilidade subjetiva. Danos materiais e morais provados e bem dosados. Responsabilidade do réu bem definida, com fixação ponderada e proporcional do pensionamento material e dos danos morais. Pensão mantida. Limite temporal fixado corretamente em 70 anos, dado que a média de vida do brasileiro aproxima-se atualmente de oitenta anos. Correção monetária com base na lei 11.960/09, bem como juros moratórios. Improvido o apelo das autoras e parcialmente provido o do réu.

1. Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente em estrada, com fundamento na falta de sinalização das obras que eram realizadas na oportunidade dos fatos. As autoras sustentam a legitimidade da corré Concessionária de Rodovias Tebe S.A. pois o acidente ocorreu dentro de sua circunscrição, requer a majoração da pensão mensal e o pagamento de auxílio funeral. O corréu Der, em suas razões, alega responsabilidade subjetiva por omissão do Estado; ausência de nexo causal entre a morte da vítima e a ausência de sinalização; culpa exclusiva da vítima e, alternativamente,

concorrência de culpas; requer a minoração dos danos morais, a limitação da pensão até a data em que a vítima completasse 65 anos; protesta pela incidência de juros e correção monetária nos termos da Lei 11.960/09. Sem preparo, regularmente. Contrarrazões pelos respectivos improvimentos.

É o relatório.

Fundamento e decido.

2. A preliminar de legitimidade de parte da ré Concessionária de Rodovias Tebe S.A não comporta acolhimento, inexistindo responsabilidade pelo trecho em que ocorrido o acidente. A prova, documental e testemunhal, é robusta no sentido de que o trecho pertencia à jurisdição do DER.

A pensão mensal, arbitrada em um salário mínimo a ser dividido entre as autoras, será mantida. O único documento apresentado a fim de comprovar a renda percebida pelo autor foi um holerite de junho/2014 (fl.37) - o acidente ocorreu um ano após a emissão do recibo de pagamento -, não tem o condão de afastar o valor estipulado.

Tampouco é devido o reembolso dos custos do funeral uma vez que o recibo de fl. 38 foi pago por terceiro estranho à lide e não identifica a quem se referia o funeral.

Analisa-se o apelo do corréu DER.

Em se tratando de ato omissivo da Administração Pública, do qual terceiro venha a sofrer danos, a responsabilidade civil é subjetiva.

Segundo o escólio de CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, “em face dos princípios publicísticos não é necessária a identificação

de uma culpa individual para deflagrar-se a responsabilidade do Estado. Esta noção civilista é ultrapassada pela ideia denominada de *faute du service*. Ocorre a culpa do serviço ou 'falta de serviço' quando este não funciona, devendo funcionar, funciona mal ou funciona atrasado. Esta é a tríplice modalidade pela qual se apresenta e nela se traduz um elo entre a responsabilidade tradicional do Direito Civil e a responsabilidade objetiva". E conclui: "a ausência do serviço devido ao seu defeituoso funcionamento, inclusive por demora, basta para configurar a responsabilidade do estado pelos danos daí decorrentes em agravo dos administrados (...)" (Curso de Direito Administrativo, Malheiros, 22ª edição, 2006, pág. 966).

Rui Stocco entende que:

"(..) A ausência do serviço causada pelo funcionamento defeituoso, até mesmo pelo retardamento, é *quantum satis* para configurar a responsabilidade do Estado pelos danos daí decorrentes em desfavor dos administrados. Em verdade, cumpre reiterar, a responsabilidade por falta de serviço, falha do serviço ou culpa do serviço é subjetiva, porque baseada na culpa em sentido amplo (dolo ou culpa em sentido estrito)." (Tratado de Responsabilidade Civil: doutrina e jurisprudência, Tomo II, 9ª ed., Ed. RT, 2013, p. 62)

Esclarecida a teoria adotada por este relator, analisam-se os fatos. As autoras alegam que os danos morais e materiais sofridos e pelos quais pretendem ser indenizados ocorreram em decorrência da queda sofrida em acidente com motocicleta em via pública que estava mal sinalizada e com obras no pavimento da via de rolamento de trânsito que vitimou fatalmente seu genitor e cônjuge.

O acidente ocorreu em 27.06.2015, na rodovia Armando de Salles Oliveira, altura do km 396, Bebedouro/SP. Na inicial, as autoras narram que o condutor da motocicleta perdeu o controle do veículo pela má sinalização com cavaletes e cones na via.

E restou demonstrado nos autos o nexo causal entre o acidente e a falta de sinalização na estrada, ou seja, ficou demonstrado que a ausência de indicação luminosa causou a queda do autor e posterior óbito.

Nesse sentido é a jurisprudência deste Tribunal:

RESPONSABILIDADE CIVIL ACIDENTE
AUTOMOBILÍSTICO DEMANDA REGRESSIVA CRUZAMENTO DE RUA
ALEGADO SEMÁFORO DEFEITUOSO NÃO COMPROVADO INEXISTÊNCIA
DE PROVA DO FATO E DO NEXO DE CAUSALIDADE AÇÃO
IMPROCEDENTE - RECURSO IMPROVIDO. A responsabilidade da
prestadora de serviço público é objetiva, cabendo ao lesado, nestes casos,
demonstrar apenas o fato imputável ao agente público, o dano e o nexo de
causalidade que justificaria a obrigação de indenizar (CF/8, art. 37, §6º). Não
se desincumbindo a seguradora autora do ônus que lhe competia, na forma do
art. 33, I do CPC, de comprovar os fatos constitutivos de seu direito, no caso,
de ter havido defeito na sinalização semaforica existente em cruzamento de
rua, tem-se por indemonstrado o necessário nexo de causalidade entre
qualquer atuar da requerida e o dano experimentado pela autora.” (TJSP,
Apelação nº 0135456-64.2010.8.26.010 Rel: Clóvis Castelo 35ª Câmara de
Direito Privado d.j 10.02.2014)

ACIDENTE DE VEÍCULO - RESPONSABILIDADE CIVIL
Ação proposta objetivando o ressarcimento de danos decorrentes de acidente
de veículo (motocicleta) - Autor que propôs a presente ação, buscando a
composição de danos materiais, em decorrência de queda da sua motocicleta,
em razão de óleo derramado na via de rolamento Ausente a responsabilidade
da municipalidade, pois o derramamento teria ocorrido pouco tempo antes dos
fatos, o que impedira uma rápida ação da Prefeitura, além de ser fato
previsível, o que rompe a existência de nexo causal e responsabilidade
objetiva Por ser fato previsível, a queda deve ser interpretada como culpa da
apelado, pois dirigia sem a atenção devida Óleo que se equipara à eventual
chuva na pista - Ação julgada procedente Inexistência de responsabilidade da

Municipalidade Recurso provido, sentença reformada.” (TJSP, Apelação nº 900702- 90.201.8.26.037 Rel: Carlos Nunes 3ª Câmara de Direito Privado d.j 03.02.2014)

Com efeito, a responsabilidade civil do Estado, em regra, é objetiva, por força do que dispõe o art. 37, § 6º da CFederal, porém, ressalta-se que, em casos de omissão do Estado (ou de sua concessionária de serviços público), tal como a alegação da presente hipótese, a parte autora não fica dispensada do ônus da prova do nexo de causalidade entre o ato, no caso omissivo, do réu e a dano suportado.

É certo que a responsável pelo trecho sob sua jurisdição deixou de sinalizar adequadamente o local que somente possuía cones e cavaletes indicativos das reformas na pista; entretanto, nota-se a insuficiência de sinalização, não havendo se falar em culpa exclusiva da vítima pois em nenhum momento o corréu fez prova do fato modificativo, extintivo ou impeditivo do direito das autores.

Como bem observado pelo ilustre juiz sentenciante, “Com efeito no boletim de ocorrência de fls. 34/36 constou expressamente que: as obras na pista estavam mal sinalizadas; o controle de tráfego era feito por cones e cavaletes; a sinalização vertical estava irregular; a sinalização horizontal estava irregular (fl. 34); o falecido informou que no local dos fatos havia "uma sinalização com cones e cavaletes, cuja qual se encontrava confusa e mal efetuada, instante em que ele veio a se confundir e perder o controle de seu veículo vindo ao solo com sua motocicleta, não se recordando se chegou a se chocar com a referida sinalização"; "sinalização do local precária, efetuada com cones e cavaletes, de forma confusa e sem retrorrefletivos, dificultando sua visualização e, prejudicando o tráfego de veículos". Dessa forma, o aludido boletim de ocorrência comprova a culpa do Requerido no evento danoso, pois já era à noite e a sinalização estava irregular, incompleta (sem retrorrefletivos) e confusa, dificultando a visualização do motorista e prejudicando o tráfego de veículos e dirigibilidade.

Além do que, o policial militar rodoviário Paulo Henrique dos Reis, que participou da ocorrência, disse que: "a sinalização era precária de cones e cavaletes; era confusa por ser de noite e cavaletes não são meios de sinalização em rodovia; como no local ocorria um afunilamento na pista, a má sinalização deixava as pessoas confusas para que lado seguir; a vítima relatou a ele que se perdeu na sinalização. No mais, a prova documental e oral produzida nestes autos demonstram que o Requerido não cumpriu integral e corretamente o "Manual de Sinalização de Obras e Emergências em Rodovias" constante às fls. 241/460, em especial os itens 3.1 (fls. 281/282), 3.1.1 (fl. 283), 3.2.5 (fl. 289), 3.3.1 (fls. 289/290), 3.3.2 (fl. 290), 4.2.5 e 4.2.6 (fl. 299) no local do acidente."

Definida a responsabilidade da ré, não há como presumir que a vítima falecida, marido da autora, não a auxiliasse em sua manutenção, pelo que o valor módico fixado, equivalente a um salário mínimo mensal, será mantido, bem como o limite de 70 anos assinalado como provável tempo de vida do falecido. A jurisprudência que limitava essa pensão a 65 anos encontra-se gradativamente ultrapassada e, hoje, a média de vida do brasileiro vem-se aproximando rapidamente dos 80 anos, pelo que é mantido o razoável limite de 70 anos fixado monocraticamente.

Quanto aos danos morais, carece de maiores dilações a perda repentina e trágica do pai e do cônjuge, pois nada, para um terceiro, reflete mais em seus direitos da personalidade do que a morte de alguém que lhe é próximo. O valor da indenização, pesadas todas as circunstâncias dos fatos, será fixado em R\$ 149.700,00, que se tem por suficiente para dar cabo da dúplice finalidade do instituto, de compensação à vítima e de desestímulo e inibição ao agente ofensor, sem perder de vista a razoabilidade e a proporcionalidade que devem estar presentes em tais arbitramentos.

O ente fazendário tem razão quanto ao modo de atualização e juros, aplicando-se a lei 11.960/09 por força do Tema 810 que se encontra no regime de Repercussão Geral: "Ementa: DIREITO

CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTE SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DA UTILIZAÇÃO DO ÍNDICE DE REMUNERAÇÃO DA CADERNETA DE POUPANÇA COMO CRITÉRIO DE CORREÇÃO MONETÁRIA. VIOLAÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL DE PROPRIEDADE (CRFB, ART. 5º, XXII). INADEQUAÇÃO MANIFESTA ENTRE MEIOS E FINS. INCONSTITUCIONALIDADE DA UTILIZAÇÃO DO RENDIMENTO DA CADERNETA DE POUPANÇA COMO ÍNDICE DEFINIDOR DOS JUROS MORATÓRIOS DE CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA, QUANDO ORIUNDAS DE RELAÇÕES JURÍDICO-TRIBUTÁRIAS. DISCRIMINAÇÃO ARBITRÁRIA E VIOLAÇÃO À ISONOMIA ENTRE DEVEDOR PÚBLICO E DEVEDOR PRIVADO (CRFB, ART. 5º, CAPUT). RECURSO EXTRAORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 20.9.2017.” “Leading case”: RE 870.947. Apenas para esse efeito será provido o apelo, mantida a sucumbência conforme apontada a fl. 57 na zelosa sentença proferida pelo Dr. João Carlos Saud Abdala Filho, endossada em todos os demais termos.

3. Pelo exposto, nega-se provimento ao apelo das autoras e dá-se provimento parcial ao recurso da ré.

SOARES LEVADA

Relator